



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL 035/SMS

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, o MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES, com sede à Rua Sebastião de Lacerda, n.º 35 – Centro - Paty do Alferes/RJ, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Rachid Elmor, brasileiro, solteiro, produtor rural, residente e domiciliado a Estrada Castelo Branco, n.º 701 – Arcozelo - Paty do Alferes/RJ, portador da C.I. n.º 06641097-7 IFP/RJ e inscrito no CPF(MF) sob o n.º 804.706.027-91, nos termos que dispõe o art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e do Decreto Municipal n.º 3292/2011 e a empresa vencedora **CIRURGIA SÃO JOSÉ LTDA** situada na rua avião paulistinha nº188 –JD Souto- São José dos Campos – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 55.309.074/0001-04, neste ato representada pelo seu representante legal Marcelo da costa Martins, **DISK MED PADUA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** situada na Estrada Pirapetinga á Pádua km 01 – Santa Luzia – santo Antonio de Pádua – RJ inscrita no CNPJ sob o nº 04.216.957/0001-20 neste ato representada pelo seu representante legal Paulo Sergio Tavares Diogo, **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BRASIL MIRACEMA LTDA** situada na Rua Marcilio de poly s/n Galpão 1 e 2 Parque de Exposições Jamil Cardoso – Miracema - RJ inscrita no CNPJ sob o nº 03.946.428/0001-10 neste ato representada pelo seu representante legal João Luiz de Souza Alves, **MJR PORTO VELHO COMÉRCIO E PRESTADORA DE SERVIÇOS**, estabelecida à rua Major fardado, n.º 307 – porto velho – carmo/RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.591.543/0001-93, neste ato representada pelo seu representante legal Sr. HERMOGÊNIO BARBOSA FERREIRA DE SOUZA, **GIROFARMA MEDICAMENTOS LTDA** situada na rua Rafael Zacarias nº 502- democrata-Juiz de Fora-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 07.876.749/0001-46 neste ato representada pelo seu representante legal Júlio César da silva, **ESPECIFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** situada na estrada da pedra nº 5.100-guaratiba-RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 00.085.822/0001-12 neste ato representada pelo seu representante legal Mauricio carvalho Cardoso, **FOX FARMA SOCIEDADE FARMACÊUTICA LTDA** situada na rua trindade nº 1801 – cajuru – Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob o nº 11.268.102/0001-09, neste ato representada pelo seu representante legal Anderson Coqueiro Moraes, **MACONEQUI MATERIAIS MÉDICOS-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA**, situada na Avenida Marechal Castelo Branco nº 302, Resende-RJ Inscrita no CNPJ sob o nº 29.807.583/0001-49 neste ato representada pelo seu representante legal Sydney Cleber Costa Peres, **GRANDE HORIZONTE 2004 COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA** situada na avenida são Jorge nº 25 – guarajuba – paracambi – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 07.031.590/0001-69, neste ato representada pelo seu representante legal Ulisses de Azevedo soares **STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA** situada na rua Benjamin Antonio ansai nº 180 – Curitiba – Paraná - PR inscrita no CNPJ sob o nº 02.223.342/0001-04 neste ato representada pelo seu representante legal joilson Souza Barreto, **R.A.M MARQUES – ME** situada na estrada barão do turvo nº 33 – dorândia – barra do pirai – RJ inscrita no CNPJ sob o nº 03.749.855/0001-08, neste ato representada pelo seu representante legal Carlos Roberto silva Barbosa, **MED CENTER COMERCIAL LTDA** situada na avenida são Francisco nº 436 primavera – pouso alegre – MG inscrita no CNPJ sob o nº 00.874.929/0001-40 neste ato representada pelo seu representante legal Emanuel Sérgio Andrade e oliveira, classificada no Pregao Presencial nº 035/2011, processo nº



1016/2011, resolvem registrar os preços das aquisições no Sistema de Registro de Preços, implantado pelo processo licitatório citado, homologado pelo Prefeito Municipal em 08/06/2011, conforme relatório de itens ganhos que faz parte desta e observadas as condições enunciadas nas cláusulas que seguem:

1 - OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objetivo AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES, pelo SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, para atender ao almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, acordo com a solicitação da própria Secretaria, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta Detalhe, que são partes integrantes deste Edital.

1.2. A presente licitação correrá a conta dos seguintes recursos orçamentários:

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
20.29.00.10.301.4031.2046	3390.30.00	016
20.29.00.10.301.4036.2133	3390.30.00	031
20.29.00.10.305.4032.2051	3390.30.00	000

2. DA ENTREGA

2.1 – Prazo de entrega: os produtos deverão ser entregues de maneira fracionada de acordo com as necessidades do Município de Paty do Alferes, mediante apresentação de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, em até 05 (cinco) dias após o recebimento do mesmo, no seguinte endereço: Sidney de Melo Freitas, 390 – Paty do Alferes.

2.2 – Correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas decorrentes do frete, de entrega e outras de qualquer natureza, referente ao objeto licitado, até o local da entrega, para o devido cumprimento das obrigações assumidas na licitação em questão.

2.3 – Os materiais fornecidos pela empresa vencedora somente serão aceitos pela Secretaria requisitante se estiverem estritamente de acordo com o especificado no Termo de Referência e na Proposta Detalhe e deverão se encontrar novos e em perfeito estado de fabricação e conservação para uso imediato, não sendo tolerado nenhum item usado, danificado, com defeito de fabricação ou remoldado.

2.4 – Caso algum dos materiais não atenda às especificações acima citadas ou estejam danificados ou usados, serão devolvidas de imediato à **CONTRATADA**, sendo dado um prazo de no máximo 48 horas para a reposição dos mesmos, dentro das especificações solicitadas

2.4.1 - No entanto, é facultado à Contratante proceder ao Recebimento Provisório para posterior verificação, com a convocação da Contratada para, se quiser, participar do ato de conferência, verificação e análise.



2.4.2 - Em caso de troca do produto, em função da inadequação aos termos deste Edital todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoques relativos ao período, deverão correr por conta exclusiva da CONTRATADA.

2.5 - A empresa somente deverá cotar os materiais caso haja disponibilidade de fornecê-los. Não será tolerado, em hipótese nenhuma, atraso de entrega pela falta dos mesmos.

3 - VIGÊNCIA

3.1 - A presente Ata, firmada pela Prefeitura Municipal de Paty do Alferes e as empresas

CIRURGIA SÃO JOSÉ LTDA

DISK MED PADUA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BRASIL MIRACEMA LTDA

MJR PORTO VELHO COMÉRCIO E PRESTADORA DE SERVIÇOS

GIROFARMA MEDICAMENTOS LTDA

**ESPECIFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES
LTDA**

FOX FARMA SOCIEDADE FARMACÊUTICA LTDA

MED CENTER COMERCIAL LTDA

GRANDE HORIZONTE 2004 COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

R.A.M MARQUES – ME

MACONEQUI MATERIAIS MÉDICOS-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA

, classificada no processo licitatório 1016/11, terá validade de 12 (doze) meses.

4 - DA VINCULAÇÃO

4.1 - O disposto na presente Ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no edital do Pregão Presencial 035/11, Processo nº 1016/11, observadas as disposições nas Leis Federais n.º 8.666/93 e 10.520/02 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n.º 2.348/06 e Decreto Municipal 2.796/08 e alterações posteriores.

5 - DA OBRIGAÇÃO DE MANTER A HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO

5.1. As condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do Pregão Presencial nº 035/2011 para Registro de Preços deverão ser mantidas durante toda a vigência da presente Ata, pela empresa classificada, ficando facultado à Prefeitura Municipal de Paty do Alferes, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases;

6 - DO PAGAMENTO

6.1 - Os pagamentos devidos serão efetuados de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Fazenda, uma vez obedecidas as formalidades legais pertinentes, mediante **CRÉDITO EM CONTA CORRENTE**, da empresa.



6.2 - Não havendo nenhum bloqueio por descumprimento de exigências, os créditos em conta corrente serão efetuados no prazo máximo de 15 (quinze) dias, depois de efetivada a entrega, com a competente Nota Fiscal na Secretaria Requisitante.

6.2.1 – Para o devido cumprimento do acima exposto, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal a cada entrega realizada.

6.3 - Quanto a eventual antecipação de pagamento, quando for o caso, dará direito a **CONTRATANTE** um desconto “*pro rata die*”, de 0,6% (zero vírgula seis por cento), incidente sobre o valor a ser pago, fato este que só poderá ocorrer em caso de exceção, devidamente fundamentado, ouvido obrigatoriamente a Consultoria Jurídica do **CONTRATANTE**.

6.4 - Caso haja atraso no pagamento na forma estabelecida, por culpa do **CONTRATANTE**, incidirá sobre o valor e/ou parcela em atraso correção monetária pela variação IGP-M/FVG, ou o menor índice aplicável à época.

7 - DA REVISÃO DOS PREÇOS:

7.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo da execução do objeto, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

7.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

7.4 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



7.5 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8 - DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A ata de registro de preços poderá ser revogada pela Administração:

8.2 - automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem produtos registrados.
- a) pela Prefeitura, quando caracterizado o interesse público.

9 - OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1 - Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidades fiscais exigidas no edital de licitação respectivo.

9.2 - Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou signatário qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

9.3 - Responder às notificações no prazo estabelecido.

9.4 - Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.

9.5 - A contratada, além do fornecimento da mão-de-obra, dos equipamentos, materiais e ferramentas necessários para a perfeita execução dos objeto, obriga-se a:

9.5.1 - Responsabilizar-se integralmente pela entrega, nos termos da legislação vigente;

9.5.2 - Responsabilizar-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto, conforme exigência legal;

9.5.3 - Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar-lo de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus Anexos;

9.5.4 Corrigir e/ou re-executar os serviços e substituir os materiais não aprovados pela Secretaria, caso os mesmos não atendam às especificações constantes deste Termo de Referência;

9.5.5 - Cumprir as medidas de segurança, conforme legislação em vigor;

9.5.6- Submeter à aprovação da CONTRATANTE toda e qualquer alteração



ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.

9.5.7- Sujeitar-se à fiscalização da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram.

9.5.8 - Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos, contribuições, fretes, seguros e demais encargos inerentes à entrega do objeto desta contratação.

9.5.9 - Responsabilizar-se integralmente pelas despesas com transporte e quaisquer outras adicionais referentes ao objeto contratado, de natureza direta e indireta decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, incluídos tributos, contribuições e seguros.

9.5.10 - Utilizar, na execução do objeto, pessoal de comprovada capacidade técnica, de bom comportamento, podendo ser exigida pela CONTRATANTE a substituição de qualquer elemento, cuja capacidade ou comportamento seja julgado, pelo órgão, impróprio ao desempenho.

9.5.11 - Responder pelos danos causados direta ou indiretamente ao patrimônio do Município ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quando da execução do objeto. O acompanhamento ou fiscalização da instituição não exclui ou reduz a responsabilidade.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- d. Tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

11 - DAS PENALIDADES EM CASO DE INADIMPLEMENTO:

11.1 - As penalidades, caso sejam necessárias, serão aplicadas de acordo com os artigos 80, 86 e 87 da Lei Federal n.º 8.666/93;

11.2 - A Licitante que deixar de cumprir o compromisso assumido sofrerá multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, independentemente da aplicação das demais



penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, assim como poderá ser suspensão de licitações futuras nesta Prefeitura.

11.3 - A Licitante ficará sujeita à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), incidente sobre o valor total da licitação, por possível atraso/falta na entrega.

11.4 - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

12.3 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.3.1 - As aquisições adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

12.4 - Fica reservada a Administração à possibilidade de adquirir os objetos da presente após da assinatura da Ata de Registro de Preços, visando atender suas necessidades.

12.5 - A cada fornecimento, o órgão participante da ARP providenciará a expedição da correspondente Solicitação de empenho e notificando a empresa para proceder à retirada do mesmo.

12.6 - Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de deverão encaminhar solicitação prévia ao órgão gerenciador/Secretaria Municipal de Administração.



12.7 - Quando destinados a outro órgão ou entidade aderente, a entrega ocorrerá no endereço que por este for indicado.

12.8 - Fica eleito o Foro da Comarca de Paty do Alferes para nele serem dirimidas as dúvidas oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.9 – A divulgação da Ata de Registro de Preços será no Diário Oficial do Município e no portal da internet www.patydoalferes.rj.gov.br.

12.10 - Integram esta Ata o Relatório de Itens ganhos por fornecedor.

E assim, por acharem justos e compromissados, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas para que o mesmo produza seus jurídicos e legais efeitos.

Paty do Aferes, 16 de junho de 2011.

Representante Legal da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes

Prefeito Municipal

Empresa: **CIRURGIA SÃO JOSÉ LTDA**

Marcelo da costa Martins

Empresa: **DISK MED PADUA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

Paulo Sergio Tavares Diogo



Empresa: **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BRASIL MIRACEMA LTDA**

João Luiz de Souza Alves

Empresa: **MJR PORTO VELHO COMÉRCIO E PRESTADORA DE SERVIÇOS**

Hermogênio Barbosa ferreira

Empresa: **GIROFARMA MEDICAMENTOS LTDA**

Júlio César da silva

Empresa: **,ESPECIFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Mauricio carvalho Cardoso



Empresa: **FOX FARMA SOCIEDADE FARMACÊUTICA LTDA**

Anderson Coqueiro Moraes

Empresa : **MACONEQUI MATERIAIS MÉDICOS-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA**

Sydney Cleber Costa Peres

Empresa : **GRANDE HORIZONTE 2004 COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**

Ulisses de Azevedo soares

Empresa : **STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA**

joilson Souza Barreto

Empresa: **R.A.M MARQUES – ME**

Roberto silva Barbosa



Empresa: : **MED CENTER COMERCIAL LTDA**

Emanuel Sérgio Andrade e oliveira

Testemunhas:
